

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MARIA EDUARDA MOREIRA SILVESTRE

**AS ATITUDES DOS ESTUDANTES DE PSICOLOGIA FRENTE À VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER**

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

MARIA EDUARDA MOREIRA SILVESTRE

**AS ATITUDES DOS ESTUDANTES DE PSICOLOGIA FRENTE À VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER**

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Profa. Dra. Jéssica Queiroga de Oliveira.

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

MARIA EDUARDA MOREIRA SILVESTRE

**AS ATITUDES DOS ESTUDANTES DE PSICOLOGIA FRENTE À VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER**

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 29/06/2023

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Profa. Dra. Jéssica Queiroga de Oliveira

Membro: Prof. Me. Alex Figueiredo da Nóbrega

Membro: Profa. Me. Moema Alves Macêdo

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2023

AS ATITUDES DOS ESTUDANTES DE PSICOLOGIA FRENTE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Maria Eduarda Moreira Silvestre¹
Jéssica Queiroga de Oliveira²

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo identificar as atitudes dos estudantes de psicologia frente à violência contra a mulher, e é nessa perspectiva que este trabalho busca identificar quais são as atitudes que esse público tem a respeito do tema, comparando o sexo e os semestres. Contouse com a participação de 245 estudantes de psicologia de uma instituição privada da Região do Cariri Cearense, com idade entre 18 e 58 anos ($M= 22 - DP=0,89$), predominantemente do sexo feminino 77,6 %. Para tanto foi realizada uma pesquisa de campo, de cunho quantitativo e de natureza básica descritiva. Os instrumentos utilizados foram: um questionário sociodemográfico, Escala de Atitudes frente à Violência Conjugal Contra a Mulher (EAVCM); Escala “Cenário de Agressão à Mulher”, este último é dividido em duas partes: Razões para agredir e Razões para romper. Para chegar a esses resultados, foi realizada uma análise descritiva, buscando caracterizar as respostas apresentadas pelos universitários, posteriormente, foi realizada a análise de diferença de grupos. Nesse sentido, foram utilizadas as estatísticas t de Student e Análise de Variância (ANOVA), que tem como finalidade verificar as diferenças entre as pontuações médias de cada grupo. Para a realização desta análise utilizou-se o software SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 23, que permite organizar, tabular e realizar a análise estatística dos dados. Os resultados mostram que não há diferença em relação aos semestres e sexo, essas diferenças não foram estatisticamente significativa, ou seja, homens e mulheres não diferem com relação as atitudes da violência contra a mulher. Diante disso, percebe-se a importância de pensar em novas formas de ensino e aprendizagem no Ensino Superior, para que haja mais problematização a respeito dessa temática e que essas percepções dos papéis de gênero sejam ainda mais discutidas, principalmente com os estudantes que futuramente ingressarem no mercado de trabalho, uma vez que é mais provável que estes interajam com mulheres no contexto de violência.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Estudantes de Psicologia. Atitudes.

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: eduardasm2002@gmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: jessicaqueiroga@leaosampaio.edu.br

ABSTRACT

This research aims to identify the attitudes of psychology students towards violence against women, and it is from this perspective that this work seeks to identify what attitudes this public has regarding the subject, comparing gender and semesters. There were 245 psychology students from a private institution in the Cariri Cearence Region, aged between 18 and 58 years old ($M=22 - SD=0.89$), predominantly female (77.6%). For that, a field research was carried out, of a quantitative nature and of a basic descriptive nature. The instruments used were: a sociodemographic questionnaire, Scale of Attitudes towards Conjugal Violence Against Women (EAVCM); Scale "Scenario of Aggression to Women", the latter is divided into two parts: Reasons for aggression and Reasons for breaking up. To arrive at these results, a descriptive analysis was carried out, seeking to characterize the answers presented by the university students, later, the analysis of group differences was carried out. In this sense, Student's t statistics and Analysis of Variance (ANOVA) were used, which aims to verify the differences between the mean scores of each group. To carry out this analysis, the SPSS software (Statistical Package for the Social Sciences), version 23, was used, which allows organizing, tabulating and performing the statistical analysis of the data. The results show that there is no difference in relation to the semesters and sex, these differences were not statistically significant, that is, men and women do not differ in relation to the attitudes of violence against women. In view of this, the importance of thinking about new forms of teaching and learning in Higher Education is perceived, so that there is more problematization regarding this theme and that these perceptions of gender roles are even more discussed, especially with students who enter in the future in the labor market, as they are more likely to interact with women in the context of violence.

Keywords: Violence against women. Psychology students. Attitudes.

1 INTRODUÇÃO

No decorrer da história, a mulher ocupou o papel de dona de casa, mãe e àquela que deveria satisfazer os desejos sexuais dos homens, sendo esta submissa, discriminada e excluída das decisões familiares e sociais. Enquanto o homem era o protetor e o responsável pelo sustento, mas também aquele que detinha o poder sobre a família, fazendo assim surgir a sociedade patriarcal. Estando o homem no direito de participar da esfera pública ao passo que a mulher só estava a esfera privada (PORTO, 2014). As desigualdades entre homens e mulheres perdurou justificada pela diferença biológica natural, perpetuando a crença de inferioridade feminina e legitimando a subordinação das mulheres. Em relação as desigualdades de gênero, Nóbrega (2013) refere-se à discriminação como fenômeno transversal que atinge todas as mulheres, independente da classe social, idade, etnia ou/e orientação profissional e sexual.

Diante disso, compreende-se que não é possível falar sobre a violência contra a mulher, sem antes levar em consideração essa desigualdade nas relações de gênero, onde é possível observar que essa discrepância entre ambos os sexos é fruto de uma sociedade patriarcal que estabelece relações de poder e subordinação, representada pela discriminação de funções, normas, atividades desenvolvidas e condutas esperadas para homens e mulheres, desse modo, fica explícito que a manutenção dessa violência ainda é presente nos dias atuais, e por mais que a sociedade tenha passado por algumas transformações, ainda é muito presente os resquícios do modelo de funcionamento desse sistema, pois se trata de um fenômeno que tem raízes históricas (REZENDE, 2017).

De acordo com Nascimento (2015), a violência contra a mulher é compreendida enquanto um problema de saúde pública e que por se tratar de um fenômeno que atinge todos os países do mundo, ela necessita de uma atenção internacional, pois afeta e interfere na qualidade de vida e no bem-estar da mulher, e com isso tornou-se parte de uma pauta de atenção global. Faz-se necessário trazer essa temática e pensar ela no contexto do Brasil, especificamente na região do Cariri, no qual essa pesquisa foi desenvolvida.

Neste viés, algumas circunstâncias contemporâneas justificam esse trabalho, ainda que se tenham vários estudos sobre o tema, compreende-se que há muito ainda para ser discutido. Conforme dados da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS), 3.685 mulheres denunciaram crimes previstos pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340), na Polícia Civil do Ceará (PC-CE), nos dois primeiros meses de 2023. De acordo com a matéria do Diário do Nordeste, este período apresentou o maior número de registro no Ceará em 6 anos, com um aumento de 27,2% comparado entre o mês de janeiro e fevereiro de 2022 (BORGES (2023). Porém, outra pesquisa confronta essas estatísticas e revela que houve subnotificação

O Fórum Cearense de Mulheres produziu o Dossiê: FCM- AMB 2023: Contradados sobre feminicídios no Ceará, no qual apresenta novos resultados de uma pesquisa realizada em 2022, ou seja, no mesmo período que foi realizada a pesquisa da Secretaria de Segurança Pública. Os dados da pesquisa do Fórum Cearense comprovam a subnotificação do feminicídio pela Secretaria Pública. O Dossiê relata que para a SSPDS em 2019, foram registrados 35 feminicídios, ao passo que a pesquisa do Fórum Cearense expôs a ocorrência de 93 casos. Já em 2020 a Segurança Pública classificou 23 assassinatos, ao mesmo tempo que o Fórum verificou 115 feminicídios, ou seja, pode-se observar a discrepância em relação os números registrados (MOURA; FERREIRA; ARAÚJO, 2023).

Essa subnotificação é inaceitável, pois compreende enquanto uma narrativa de negação, pela a invisibilidade de dados reais, principalmente por se tratar da morte de meninas e mulheres, inseridas em um contexto que é resultado do patriarcado, esse sistema de dominação e exploração dos homens com as mulheres, não é admissível que esses números, além de seguir crescendo, sejam encobertos (MOURA; FERREIRA; ARAÚJO, 2023). Podemos perceber que esses dados reforçam a necessidade de pautas urgentes voltadas para essa temática, principalmente, por serem dados recentes e com aumento significativo.

Diante disso, podemos pensar qual é o papel da psicologia para combater esse fenômeno que só vem crescendo nos últimos anos, e principalmente, o que as instituições de Ensino Superior estão discutido em relação a isso, já que esses futuros profissionais tendem a entrarem no mercado de trabalho, e é muito provável que estes tenham contato com mulheres vítimas de violências ou até mesmo os homens inseridos nesse contexto de violência. Deve-se pensar qual será as atitudes desses profissionais frente essa problemática, pois seu comportamento é muita das vezes preditor no que se refere a maneira que essa mulher ou homem irá reagir.

Portanto, após o exposto acima, a presente pesquisa científica, origina-se da seguinte problemática: Quais são as atitudes dos estudantes de psicologia frente à violência contra a mulher? E é nessa perspectiva que esse trabalho busca identificar quais são as atitudes que esse público tem a respeito do tema, comparando o sexo e os semestres. Pois compreende-se que não basta investigar apenas a vítima e o agressor, visto que, a sociedade tem um papel fundamental no que diz respeito à maneira como percebe e reage à violência, pois as atitudes terão implicações quanto ao posicionamento de cada um (NASCIMENTO, 2015).

Dado esse contexto, este trabalho tem como objetivo geral compreender as atitudes que os estudantes de psicologia têm acerca da violência contra a mulher. Pretendendo investigar especificamente através de levantamento bibliográfico de produções científicas do que se trata a violência contra a mulher e compreender as atitudes frente a esta problemática; descrever as atitudes dos estudantes de psicologia, de acordo com o semestre; comparar as atitudes frente aos

estudantes homens, estudantes mulheres e estudantes de outras categorias de gênero no que tange à violência contra a mulher.

Sendo assim no que concerne à relevância do trabalho, pretende-se contribuir para percepção dos níveis de discriminação feminina no contexto universitário, que se estende para o mercado de trabalho, e é produto de uma sociedade desigual, marcada pela existência de relações sociais de gênero hierarquizadas historicamente.

2 PERCURSO HISTÓRICO: PAPEL DA CULTURA NA FORMAÇÃO DE GÊNERO

A nossa história começa bem antes do nascimento, pois ao chegarmos ao mundo, já existe uma sociedade, que está inserida dentro de uma cultura e dentro de um contexto, que é formado por crenças, valores, costumes e hábitos de um povo. Ao nascermos um dos principais marcadores para a constituição da nossa identidade é o sexo, uma vez que, ao estamos introduzidos em uma cultura, somos influenciados por regras e condutas que vão nos moldando em perspectivas diferentes. Essa sociedade é programada para nos receber enquanto meninos e meninas, e no decorrer do tempo vamos internalizando todas essas regras, fazendo com que isso seja um fator primordial na forma que nos relacionamos com os outros (ALMEIDA *et al.*, 2020).

Nos primórdios da humanidade, os homens e mulheres conviviam de maneira igualitária, havia uma harmonia entre os pares, e apesar de já existir a divisão do trabalho, não havia desigualdade entre eles. Porém, a organização se dava em torno da figura feminina e sua descendência, visto que, desconhecia a participação do homem na reprodução, estando o poder centralizado na mulher, porque acreditava-se que a concepção era um privilégio divino, e por essa razão, muitas vezes a mulher era considerada uma divindade (BORGES, 2020).

Nessas sociedades os papéis sociais e sexuais não eram definidos, e havia a existência de relações não monogâmicas e igualitárias. Com a descoberta do homem na reprodução, as relações passaram a ser monogâmicas, havendo o controle dos corpos e da sexualidade das mulheres, e em consequência a divisão de trabalho. Neste momento surge o patriarcado, centrado no controle dos homens sobre as mulheres e na descendência patrilinear (NARVAZ; KOLLER, 2006). Dito de outra forma, Cunha (2014) afirma que o pensamento patriarcal se ampara na economia organizada domesticamente, com distinções de papéis que proporcionam o processo de dominação e subordinação, o que dá sustento à ideologia sexista e garante a opressão das mulheres.

Com o surgimento dessa nova instituição intitulada enquanto família, o patriarcado ganhou forças com o seu poder centrado na mulher e seus filhos, Narvaz e Koller (2006) destacam que o patriarcado não é centrado na imagem do pai, mas sim na figura masculina. No Brasil, esse modelo de organização chegou junto com a colonização no período latifundiário ainda atravessada

pela a escravidão, e permaneceu presente por meio do coronelismo, protecionismo e clientelismo, ou seja, a família patriarcal foi crucial na organização da sociedade e está presente até hoje.

Ainda nesse período, após alguns avanços a mulher ainda era totalmente dependente do pai e/ou marido, pois era concebida como apenas um auxiliar no sustento familiar, já que o seu salário era inferior ao do homem, mesmo tendo uma dupla jornada de trabalho, pois esta além de assumir sua função remunerada, ainda cuidava da casa, filhos e/ou irmãos, e ainda assim, era vista pela a sociedade como um posto invisível e desvalorizado, enquanto ao homem sua atribuição era promover o sustento, delegar a autoridade e obediência. Mesmo depois de muitas conquistas civis, ainda hoje algumas mulheres vivem essa realidade, pois algumas delas ainda não reconhecem seus direitos, e esse modelo patriarcal burguês de algumas maneiras transitouse pelos os séculos, e até hoje estão presentes os seus resquícios, fazendo com que a mulher que não se dedica aos cuidados domésticos carregue uma culpa (NARVAZ; KOLLER, 2006).

Dito isso, vale ressaltar que os colonizadores portugueses apresentaram uma grande influência da igreja católica como força política e instrumento de controle social, fazendo com que o patriarcalismo e o conservadorismo se mantivessem presente e se manifestam de alguma maneira no comportamento das mulheres (GOLDENBERG, 2001). É possível perceber que esse controle sobre os corpos das mulheres se perpetuaram por muitos anos, e ainda é presente nos dias atuais, porém, com o surgimento do movimento feminista, foram acontecendo algumas mudanças, que se sucedeu em conquistas e vitórias.

No Brasil, o movimento das mulheres ganhou força junto com outros movimentos sociais, porém vale ressaltar a desvalorização, por se tratar de um movimento feminino, que enfrentava tanto o conservadorismo da época, como também a militância dentro do próprio grupo, Pinto (2003) refere-se ao feminismo enquanto um movimento fragmentado, em relação a forma de organização. A autora supracitada divide o feminismo no Brasil em três fases. A primeira fase diz respeito aos direitos políticos, ou seja, elas queriam conquistar tanto o direito de votar, como também de participar da esfera pública, enquanto candidatas, que garantisse um nível mínimo de cidadania, no entanto só em 1932 esse direito foi conquistado.

Salienta-se que mesmo o feminismo sendo um movimento voltado para garantir esses direitos para todas as mulheres, havia vários subgrupos, com lutas distintas, destacando-se os grupos de mulheres que lutavam pelo o direito à educação e as que lutavam pela a equidade e dignidade de trabalho (PINTO, 2003). Não se pode esquecer a luta das mulheres negras, que além de lutarem por seus direitos enquanto mulheres, ainda lutavam para combater a desigualdade e a discriminação, fruto do racismo, que se apresentava dentro do próprio grupo de mulheres. Carneiro (2003) fala das condições essenciais do ser mulher negra e pobre. Na luta do feminismo essas mulheres eram constantemente deixadas para trás, pois não conseguiam acompanhar o movimento, pois lutavam por conquistas diferentes das mulheres brancas.

Retomando para as fases que Pinto (2003) apresenta, a segunda refere-se ao feminismo difuso, em suas diferentes manifestações, composta principalmente por mulheres de classe média, que tiveram o privilégio de estudar em outros países, onde puderam observar que essas mulheres já haviam conquistado alguns direitos, e com isso trouxeram essas reflexões para o Brasil, que diz respeito à educação da mulher e sua inserção na vida pública. A terceira fase foi marcada pelo movimento anarquista, formada por mulheres intelectuais de esquerda e operárias, pois percebiam que a questão de gênero era um dos fatores para a discrepância em relação à desigualdade presente na relação de trabalho. Destacando-se que esse movimento percorreu uma longa jornada, e pode ser analisada através de várias óticas, podendo observar os seus diferentes contextos.

Pedro (2010) descreve que o movimento de mulheres não está relacionado apenas com a liberdade das amarras dos princípios morais, que é fruto de uma cultura machista, que se perpetuam por décadas, mas diz respeito à liberdade, e hoje em dia esse movimento continua ainda mais intenso, com o objetivo de combater a estrutura patriarcal, o respeito a igualdade de gênero, os direitos igualitários, e pensar na construção de um corpo social livre de descreinação, hostilidade e repressão, ou seja, o objetivo do movimento é possibilitar o protagonismo feminino, que as mulheres sejam sujeitos sociais e que esses direitos possam ser cada vez mais ampliados.

Sendo assim, todas essas discussões sobre patriarcado em virtude as atribuições dadas ao movimento feminista, e trazendo para o nosso contexto atual, faz-se necessário apresentar a terminologia que engloba todas as raízes dessa história, partindo dessa perspectiva, a violência contra a mulher é considerada um fenômeno social, que afeta todas as mulheres do mundo, independente da idade, cor, religião ou condição financeira. De acordo com a definição da Organização Mundial de Saúde (OMS) a violência contra a mulher é compreendida como qualquer ato de violência de gênero que venha a ter como resultado danos ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, incluindo ameaças, coerção ou privação de liberdade, seja em âmbito público ou privado.

Recentemente, tanto no Brasil, como em outros locais do mundo, as mulheres tiveram a possibilidade de ser asseguradas pela a Lei, em relação à igualdade de direitos e proteção em sua totalidade (ALMEIDA et al., 2020). Para combater a violência contra a mulher foi promulgada no Brasil a Lei nº 11.340 de 2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, inspirada e como ratificação à Convenção interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a Mulher (Convenção Belém do Pará), ocorrida em 1994 (BANDEIRA, 2009).

Conforme a Lei nº 11.340, 7 de Agosto de 2006:

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2006, p. 25).

A Lei confere ainda a obrigatoriedade ao Estado, e não mais à esfera privada, de construir políticas públicas para prevenir os atos de violência contra a mulher, de forma que reconheça as vulnerabilidades sofridas nos diferentes contextos onde a mulher está inserida, e a proporcione acesso a medidas preventivas e à Justiça (BANDEIRA, 2009).

Ainda conforme a Lei Maria da Penha, ela é considerada como uma das principais legislações Brasileira no combate à violência contra a mulher. De acordo com Portal Senado, em 19 de abril de 2023, houve uma alteração importantíssima para garantir cada vez mais proteção às mulheres, a Lei nº 11.340/2016 que se refere às medidas protetivas de urgência, foi modificada pela a lei 14.550/2023, que visa garantir as medidas protetivas já no ato da denúncia realizada pela a vítima, já que na antiga lei era através do inquérito policial ou decisão judicial. As medidas protetivas de urgência só poderão ser indeferidas diante de comprovação inexistente de riscos, ou seja, a Lei Maria da Penha agora será aplicada a todas as situações previstas no art. 5º, independentemente da causa ou motivação dos atos de violência, ou da condição do agressor ou da vítima (AGÊNCIA SENADO, 2023).

De acordo com Almeida et al. (2020) a lei determina que a violência pode ocorrer em todo e qualquer vínculo de afeto, no qual o agressor conviva ou tenha tido contato com a vítima. Os autores traçam os principais avanços introduzidos pela a lei, como: a tipificação das diversas formas de violência; atendimento multidisciplinar da mulher que sofreu violência; procedimentos judiciais (como medidas protetivas de urgência e assistência jurídica) e rigor “na punição dos agressores, que se refere à vedação expressa de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária” (2023, p. 126.). Em 2006, antes da aprovação da Lei Maria da Penha, os agressores recebiam punições leves, pois a violência era tratada como delito de baixo potencial danoso.

Configuram-se como cinco tipo de violência prevista na Lei Maria da Penha, sendo estas: I - violência física que é aquela que atinge a integridade corporal da mulher, ou seja, é a agressão física propriamente dita, que se apresenta por socos, tapas e mordidas, podendo ou não deixar marcas; II- violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional ou ações que diminua sua autoestima, e até mesmo comportamentos de manipulação, chantagem e controle, que lhe cause prejuízos à saúde psicológica; III- violência sexual é entendida como qualquer conduta que cause constrangimento ou a participação de relação sexual não consentida; IV- violência patrimonial que se dá por meio da subtração e/ou destruição dos bens pessoais, e por ultimo V - violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2003).

2.1 O PAPEL DAS ATITUDES

O estudo das atitudes é um dos temas que possui maior visibilidade atualmente em psicologia social, com o seu foco no comportamento humano, onde busca entender como os objetos sociais se configuram e se transformam. Esse termo foi usado em 1918, por Thomas e Znaniecki, eles que o conceitaram enquanto um estado que determina a ação dos sujeitos (ALLPORT, 1935a). De forma precursora, Allport (1935b) se refere as atitudes enquanto um estado mental, que agiliza e organiza a experiência, que influencia na resposta direcionado a objetos e situações.

De acordo com Rodrigues (2009) as atitudes envolvem crenças, afeto, e cognição que é direcionada a um sentimento pró ou contra, frente a um objeto ou até mesmo pessoa, na qual entramos em contato, ou seja, ela se forma a partir da socialização. A atitude aqui apresentada se diferencia da do senso comum, pois esta última tem como resultado final ser algo instantâneo, a que trata a psicologia social é compreendido enquanto um processo. O autor supracitado afirma que as atitudes são formadas por três componentes, sendo estes: cognitivo, afetivo e comportamental, esses elementos são fundamentais e estão interligados.

Em relação ao componente cognitivo, para que as atitudes sejam formadas neste aspecto é necessário que se tenha uma representação cognitiva prévia já estruturada, em relação ao conhecimento frente a determinado objeto, como por exemplo: pessoas que apresentam atitudes machistas, geralmente apresentam uma série de cognição em relação às mulheres que é objeto de sua discriminação, ou seja, vão considerar essa mulher fraca, frágil e inferior em relação aos aspectos intelectuais, físicos e sociais, porém em muitos casos essas atitudes frente a determinada pessoa ou objeto é incorreta e superficial, e isso irá depender da intensidade de afeto (RODRIGUES, 2009).

Já o componente afetivo é mais evidente, pois se distingue das crenças e opiniões, este afeto está relacionado com os sentimentos favorável ou desfavorável frente a uma pessoa ou objeto social. Já o componente comportamental tem a ver com uma predisposição para agir, muitas das vezes o desenvolvimento de uma atitude prediz qual será o comportamento de uma pessoa ou grupo (RODRIGUES, 2009). Tumulo e Boeing (2011) afirmam que se houver sentimentos positivos, a ação do comportamento tem uma tendência para agir de acordo, assim como, se essa pessoa tiver afeto negativo, seu comportamento produzirá sua ação.

Kruger (1986) afirma que as atitudes exercem 4 funções: a primeira e mais importante, cumprir uma função avaliativa; a segunda envolve a organização do comportamento em virtude da cognição, afeto e conação; a terceira visa contribuir na orientação da conduta a quarta e última, possibilita a elaboração de argumentos, na qual age na defesa do próprio indivíduo, auxiliados em relação aos objetos e situações desagradáveis. As atitudes são aprendidas e são passíveis de mudança, principalmente porque estamos inseridos em um contexto que demanda uma certa interação, seja na escolar, nas relações familiares e até mesmo no ambiente de trabalho, toda hora

somos expostos a uma quantidade gigantesca de informações, e esses estímulos são facilmente capaz de provocar mudanças em relação a nossas atitudes (TUMULO; BOEING, 2011).

Como já apresentado, os estudos das atitudes podem se estender para vários campos, e pensando nisso o presente trabalho dará ênfase na perspectiva das atitudes e correlacionando com a violência contra a mulher. De acordo com Gracia e Herrero (2007) o contexto que a mulher vítima de violência está inserida, vai auxiliar como está reagirá e se comporta frente aos abusos, seja de maneira positiva ou negativa, no que diz respeito a perpetuação da violência ou interrupção deste ciclo.

Em consonância Nascimento (2015) afirma que, se o lugar no qual a mulher está, aceita os atos de violência, isso pode ser um fator para que essa mulher crie um clima de aceitação, o que futuramente poderá interferir na reincidência de atos abusivos, o que pode colaborar para que a mulher não faça nem um tipo de denúncia, vivendo assim em uma bolha, mas se a mulher estiver em um ambiente que repudie qualquer que seja os atos de abuso, logo, esse ambiente será favorável e facilitará para que esta tome todas as medidas cabíveis.

Nascimento (2015) apresenta três implicações em relação às atitudes. A primeira tem a ver com a relação causa e efeito em relação violência, o que está interligado com a aceitação impostas do patriarcado; a segunda refere-se a culpabilização da vítima pelo abuso sofrido, ou seja, há uma vitimização, esse comportamento está relacionado com a forma que as pessoas a sua volta reage a violência, a terceira se assemelha com a segunda, mas o seu foco está voltado ao para o posicionamento de todas ao seu redor como um todo, no que diz respeito aos abusos frente a essa mulher.

Em muitos casos, as mulheres não conseguem identificar os atos de abusos, principalmente a violência psicológica, que passa despercebida tanto para a vítima como para as pessoas ao seu redor. Isso se dá pelo o fato deste tipo de violência se apresentar em muitos casos de maneira sutil, fazendo com que a mulher só compreenda essa dimensão enquanto algo que chegue ao extremo. De acordo com Nayak (2003) raramente se olha para todos os tipos de violência juntos, deve-se levar em consideração que em nem todos os países são considerados os cinco tipos de violência. O autor citado apresenta em seus estudos a importância da cultura na formação das atitudes, podendo ser reflexo nas respostas da criminalização da violência ou recuperação de sua experiência.

Uthman, Lawoko e Moradi (2019) realizaram uma pesquisa com os dados de 17 países subsaariano, que tinha como objetivo avaliar os efeitos de fatores sociodemográficos das atitudes de homens e mulheres em relação à violência contra a mulher por parceiro íntimo, e eles observaram que as mulheres eram propensas a justificar tal violência do que os homens. E as circunstâncias em que isso era mais justificado consistiam em situações em que a mulher, supostamente, negligenciava o cuidado com os filhos, saía de casa sem avisar ou quando

respondiam/revidavam o marido. Nesses achados eles confirmam que a justificativa de aceitação por parte da mulher estar relacionado com o baixo nível de idade, escolaridade e pobreza. Pode-se perceber a grande influência da cultura na formação das atitudes, fazendo com que as mulheres sejam mais vulneráveis ao abuso e exploração, principalmente em ambientes onde há alta desigualdade de gênero.

Diferente desse achado, na pesquisa realizada por Nayak et al, (2003), as atitudes negativas estão mais direcionadas aos homens. Foram pesquisados 1.207 estudantes universitários, de quatro países, sendo estes: Estados Unidos, Japão, Kuwait e Índia. Constatou-se que os homens tinham mais atitudes de aceitação, quando comparado com as mulheres. Diante disso, podemos perceber a grande influência que a cultura tem na formação das atitudes, além da interferência das crenças sobre os gêneros e relações de gênero. Essas atitudes constantemente culpabilizam as mulheres por estarem nessa condição e ainda minimizam o sofrimento, justificando os abusos praticados pelos os homens.

Além da influência cultural na formação das atitudes, podemos pensar em outros fatores estando relacionados, como por exemplo: fatores econômicos, classe social, idade, educação, acesso aos meios de informações, tudo isso são aspectos que influenciam a formação das atitudes. Se a mulher é exposta a um ambiente vulnerável, sem acesso à educação e a informação, onde os atos de violência são aceitos, é provável que essa mulher tenha atitudes de aceitação frente a violência contra a mulher (NASCIMENTO, 2015).

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

A presente pesquisa trata-se de um estudo de campo, de natureza básica descritiva, de cunho quantitativo. Nas ciências sociais a pesquisa quantitativa é utilizada para obter conhecimento acerca de atitudes dos entrevistados, estabelecer padrões e confirmar teorias, fazendo para tal o uso de questionários, que permite medir e formular hipóteses. São observadas a objetividade, a sistematização e a quantificação dos conceitos, como traços definidos na pesquisa quantitativa (LAKATOS, 2017).

3.2 PARTICIPANTES

Para os fins do presente estudo, contou-se com a participação de 245 estudantes de psicologia de uma instituição privada da Região do Cariri Cearense que responderam ao formulário on-line. A amostra do estudo foi constituída por estudantes com idade entre 18 e 58

anos $M= 22$ ($DP=89$) predominantemente do sexo feminino 77,6 %, já o sexo masculino com 21,6%. Tratando-se de estado civil, 81,6 % responderam estarem solteiros, enquanto 15,9% declararam estarem casados, e apenas 2,4 % declararam estar divorciados. Em relação aos turnos, o período da manhã com 46,1 % e o da noite 53,9 %. Já em relação aos semestres foi 15 dividido em três grupos: o primeiro do 1º ao 3º semestre com 39,2 %, o segundo grupo 4º ao 6º semestre 16,3% e o último grupo 7º ao 10º semestre 44,5%.

Utilizou-se, enquanto critério de inclusão, ter mais 18 anos, ser estudante de psicologia e estar com matrícula institucional regularizada e que aceitasse participar voluntariamente do estudo, assinando o TCLE e o Pós-Esclarecido disponibilizado no Zoho forms. Foi utilizado como critério de exclusão qualquer candidato(o) que não atendesse aos critérios de inclusão.

3.3 INSTRUMENTO

Foram utilizados três instrumentos:

Questionário sociodemográfico elaborado pela pesquisadora com objetivo de analisar as características pertinentes dos participantes, tencionando descrever a amostra atingida, por meio das seguintes variáveis: sexo, idade, estado civil, curso e período/semestre da graduação.

Escala de Atitudes frente à Violência Conjugal Contra a Mulher (EAVCM) desenvolvida, traduzida e validada para ser usada no contexto Brasileiro (NASCIMENTO, 2015, *apud* NAYAK *et al.*, 2003). Esse instrumento tem no total 5 itens que analisam as atitudes frente à violência contra a mulher. Quanto maior a pontuação, maior é o nível de culpabilização da mulher vítima de violência. As opções de respostas se apresenta em 4 pontos a 1 (concordo totalmente) e 4 (discordo totalmente).

O instrumento *Cenário de Agressão à Mulher*, foi desenvolvido por Nascimento (2015), onde se conta uma história que simula um contexto de violência. Em seguida, a pessoa deveria ler algumas opções de possíveis razões para o rompimento do relacionamento, foram expostas algumas razões onde responsabiliza a mulher e outras responsabiliza o homem. Em seguida será exposta o modelo da história utilizada.

Rosa é uma mulher jovem, bonita e que adora aproveitar a vida, divertir-se e desfrutar de aventuras. Há dois anos ela conheceu João, uma pessoa de sua idade. Eles então se casaram. Na semana passada, Rosa assumiu mais atividades em seu trabalho, ficando por mais tempo longe de casa. Neste contexto, João começou a cobrar mais a sua presença e ela, sentindo que não o amava mais, decidiu acabar o relacionamento. Quando soube de sua pretensão, João pediu que não o deixasse, pois ela era a mulher de sua vida. Porém, Rosa disse que lamentava, mas já não o amava, desejando acabar o relacionamento. Então João se descontrolou, agarrou-se pelo braço e a beijou, percebendo que ela o rejeitara. Depois disso ele se irritou ainda mais e a agrediu com um tapa no rosto, chamando-a de vadia.

Após a leitura, a pessoa teria que responder os cenários, que foram compostos por 24 perguntas, onde os participantes manifestaram suas respostas 1 (nada provável) a 5 (totalmente provável). No instrumento "razões para rosa romper o relacionamento" são apresentadas 12 prováveis razões (por exemplo: 1. Ela simplesmente não o amava mais; 8. João é uma pessoa controladora). Já em relação a "razões para João agredir Rosa" (por exemplo: 10. Ele não quer perdê-la; 07. Ela o provou a romper o relacionamento). Nessa última parte, o participante teria que responder os possíveis motivos que levaram João a agredir Rosa. Da mesma forma do instrumento anterior, as respostas se davam por meio de uma escala de 5 pontos, onde variava (totalmente provável) e (totalmente improvável). Todos os instrumentos foram disponibilizados para ser respondido através de um formulário on-line criado a partir da plataforma Zoho Forms.

3.4 PROCEDIMENTO

O levantamento dos dados ocorreu após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Paulo Picanço (FACPP) com o parecer de número 6.025.638. Os instrumentos foram disponibilizados de modo online, na plataforma Zoho Forms, a divulgação do link de pesquisa se deu através dos grupos de whatsapp de todas as turmas do curso de psicologia da referida instituição, devido à pouca adesão, a pesquisadora teve que recorrer às salas para 14 coletar dos dados. Para que os participantes preenchessem os instrumentos, foram disponibilizados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Consentimento Pós-Esclarecido, sendo apresentados todos os riscos e benefícios e reforçado o caráter anônimo e sigiloso da pesquisa.

A aplicação do estudo e a análise dos dados foram pautadas nos princípios éticos e técnicos dispostos no Código de Ética Profissional do Psicólogo, regulamentado pela Resolução CFP nº 010/05, e pela Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012, que instaura as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Não obstante, os participantes levaram em média 15 minutos para a resolução dos instrumentos e ao término, foi deixado no final da pesquisa os endereços (e-mails dos pesquisadores) com os quais os participantes poderiam adquirir informações adicionais acerca do estudo. O formulário ficou disponível para resposta durante 15 dias, da segunda semana do mês de maio até a quarta semana do mesmo mês.

3.5 ANÁLISE DE DADOS

Foi realizada uma análise descritiva, buscando caracterizar as respostas apresentadas pelos universitários, posteriormente, foi realizada a análise de diferença de grupos. Para isso foram utilizadas as estatísticas t de Student e Análise de Variância (ANOVA), que tem como finalidade verificar as diferenças entre as médias dos grupos. Para a realização desta análise utilizou-se o

software SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 23, que permite organizar, tabular e realizar a análise estatística dos dados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação ao primeiro instrumento, a Escala de Atitudes frente à Violência Conjugal Contra a Mulher (EAVCM), obteve-se a média 1,98 (DP= 0,48) por se tratar de um instrumento que as respostas variam em 4 pontos, sendo 1 (discordo totalmente) e 4 (concordo totalmente) isto significa que quanto maior a pontuação, maior seria o nível de atitudes de culpabilização da mulher vítima de violência.

Em relação aos resultados do instrumento, estes se apresentaram um pouco abaixo da média, o que permite inferir que os participantes discordam dessa ideia de que “Mulheres merecem apanhar”, ou que as “Mulheres agredidas fazem coisas que levam o marido a atingilas”. Isto é, eles compactuam pouco com esse tipo de pensamento, e isso é visto como um aspecto positivo, levando em consideração o que já foi discutido anteriormente, sobre o fato de minimizar o sofrimento da mulher. Entende-se que a atitude frente à violência contra a mulher não está relacionada apenas em um nível individual, mas envolve todo um coletivo social (ERCAN, 2009).

Dito isto, podemos pensar a atitude mediante a resposta da mulher que é vítima de violência, assim como das pessoas que fazem parte do seu convívio, que pode contribuir ou não para a reincidência e ocorrência dos atos de violência, que muitas das vezes está relacionado com sua permanência neste ciclo, e isso tem a ver com o posicionamento das pessoas a sua volta, ou seja, se essa mulher está rodeada de pessoas que apresentam aceitação da violência, será mais provável que essa mulher continue nesse ciclo, e que as pessoas a sua volta, acabe que normalizando ou naturalizando os atos de abusos, e com isso não intervindo efetivamente no combate à violência (NASCIMENTO, 2015).

Já em relação ao segundo instrumento "Cenários de agressão" na primeira parte que se refere às "razões para Rosa romper com o relacionamento" a $M= 2,95$ (DP= 0,63), os participantes ficaram bastante divididos, eles nem acreditavam que Rosa deveria romper, como também não consideram que ela deveria continuar com esse relacionamento.

Diante desses resultados, pode-se ter uma base de como os participantes percebem e captam uma situação de violência, assim como eles compreendem o processo de um término de um relacionamento, ou seja, eles nem acreditam que a culpa é da mulher, como também não justifica esse término em relação às atitudes desse homem. Essa neutralidade dos participantes pode ser vista até mesmo como uma forma de silenciamento Gracia e Herrero (2007) fala que o silenciamento da comunidade é visto como uma resposta predominante em função de um ato de violência que vai contribuir para que a mulher vítima de violência não tenha força alguma para

romper com esse relacionamento, e essa tolerância social é vista como passividade, o que tem uma grande influência na reprodução deste ciclo.

Nascimento (2015) afirma que a culpabilização em relação ao término está mais relacionado ao homem do que à mulher, em contrapartida, ela afirma ainda, que quando essa mulher deixa de ocupar o papel ou função que lhe é atribuída socialmente, como seguir as regras que o patriarcado estabelece, essa mesma mulher é vista como culpada e responsável tanto pela agressão sofrida quanto pelo o término. As atitudes de aceitação de alguma maneira vão influenciar o encorajamento dessa mulher, seja no sentido de incentivar ou justificar os atos de violência, invertendo a responsabilidade do agressor para a vítima, fazendo com que haja uma minimização do sofrimento desta mulher, e justificando os atos de abuso desse cara, no sentido de “estar nessa situação porque quer”.

Nos estudos de Vargas (2008) são apresentadas algumas razões para que a mulher não realize a denúncia da violência sofrida, sendo: medo do agressor, vergonha, o desejo de resguardar a vida do agressor ou de sua família, em muitos casos é identificada a falta de apoio das autoridades.

No que se refere às "Razões para João agredir Rosa" a $M= 3,28$ ($DP= 0,75$), pode-se perceber um resultado acima da média. Os participantes estão mais propensos a acreditar que João tinha razão para agredir Rosa. Assim como o outro instrumento apresentado anteriormente, este também é composto por 12 perguntas, sendo 6 voltadas para a “agressividade do homem” (e. g., 2. Ele desconfiou que ela tivesse arrumado outra pessoa) ou (e. g., 8. Ele perdeu o controle da situação) e mais 6 referente a “culpabilização da mulher” (e. g., 7. Ela o provocou ao romper o relacionamento) ou (e. g., 12. Ela o provocou por se ter tornado ausente), ou seja, com esses resultados, entende-se que a violência contra a mulher é justificada pelo o descontrole do agressor, ou até mesmo pela o abandono da mulher em relação ao término. Esse dado é bastante preocupante, porque reforça as atitudes negativas, fazendo com que seja aceita os atos de agressão, e conseqüentemente, há uma minimização do sofrimento dessa mulher.

Os objetivos primordiais deste estudo foi descrever as atitudes de mulheres que sofrem violência de acordo com o semestre dos estudantes de psicologia e o segundo foi identificar se havia diferença em relação ao sexo. Nesse primeiro momento iremos nos deter ao objetivo um, que é explicado na tabela 1 abaixo.

Tabela 1: Descrição da correlação entre o SEMESTRE e o INSTRUMENTO. Juazeiro do Norte, 2023.

Tabela 1: Descrição da correlação entre o SEMESTRE e o INSTRUMENTO.

Instrumento	1 a 3 semestre	4 a 6 semestre	7 a 10 Semestre
EAVCM	M= 1,90 (DP= 0,51)	M= 1,99 (DP= 0,33)	M= 2,05 (DP= 0,50)
Razões para agressão	M= 3,26 (DP= 0,81)	M= 3,31 (DP= 0,72)	M= 3,29 (DP= 0,67)
Razões para romper	M= 2,94 (DP= 0,65)	M= 2,87 (DP= 0,68)	M= 2,99 (DP= 0,59)

Como pode ser observado na tabela 1, não houve uma diferença estatisticamente significativa em relação às atitudes dos estudantes do 1° ao 3°, como também não há diferença do 4° ao 6°, nem do 7° ao 10° ($F(1, 245) = 81.05, p > 0,05, \eta^2 = .20$). Isso quer dizer que os participantes do final do curso não estão pensando diferente do que os participantes do primeiro semestre. Esperava-se que quanto maior o nível de estudo, menor seria o nível de aceitação de situações de violência, e infelizmente, os resultados mostram ao contrário. Apesar da psicologia ser uma área que aborda vários temas transversais, onde são estudados e problematizados assuntos da atualidade, ainda assim, é possível observar que esses participantes ainda apresentam atitudes de aceitação frente à violência contra a mulher.

Dos anjos e Lima (2016) afirmam que a psicologia tem um compromisso irrevogável em problematizar todas as questões que nos permeiam, por meio de reflexões críticas, as autoras ainda sugerem a importância de rever esses processos, para que se possa reformular e problematizar ainda mais alguns conceitos básicos, para que possa servir como base para a constituição do sujeito em todas as suas esferas. E com isso compreende-se que o discurso sobre a violência de gênero deve ser reforçado no meio acadêmico, para que de alguma maneira haja uma desconstrução da desigualdade entre homens e mulheres. De acordo com Neto, Castro e Pitombeira (2021) é possível perceber uma incoerência em relação à educação do nível superior, principalmente pelo fato da igualdade de gênero não estar sendo trabalhada na intensidade que deveria ser, para que possa romper com todas as formas de discriminação.

Tabela 2: Descrição da correlação entre o SEXO e o INSTRUMENTO.

SEXO	EAVCM	Razões para agressão	Razões para romper
------	-------	----------------------	--------------------

Masculino	M= 1,96 (DP= 0,39)	M= 3,34 (DP= 0,68)	M= 2,90 (DP= 0,57)
Feminino	M= 1,99 (DP= 0,50)	M= 3,27 (DP= 0,76)	M= 2,97 (DP= 0,64)
Outros	M= 1,50 (DP= 0,70)	M= 2,70 (DP= 1,35)	M= 2,62 (DP= 0,29)

Foi realizada uma análise para ver se havia diferença em relação ao sexo e essa diferença não foi estatisticamente significativa ($t(241) = 0,033$, $p > 0,05$), ou seja, homens e mulheres não diferem com relação às atitudes da violência contra a mulher. Conforme demonstrado na Tabela 2, os respondentes do gênero masculino apresentaram uma média de 1,96 (DP= 0,39) no primeiro instrumento, e já o feminino M= 1,99 (DP= 0,50). Mas, deve-se levar em 19 consideração a discussão apresentada anteriormente, pois houve uma predominância do sexo feminino com 77,6 %, já o sexo masculino com 21,6%.

Diante destes resultados, deve-se levar em consideração que a maioria dos estudantes do curso de psicologia da referida instituição é composto por mulheres. Sem contar que na maioria das pesquisas, o maior número de participantes é do sexo feminino, visto que mulheres se apresentam mais receptivas a responderem, além de aderirem mais as pesquisas do que os homens. Da Cunha et al. (2014) apresenta alguns dados muito importante que demonstra que a mulher está cada vez mais ocupando o seu espaço, não só no mercado de trabalho, mas também na área da científica, ela afirma que mais da metade dos pesquisadores registrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico é composto por mulheres, ou seja, esses dados corroboram com essa disparidade em relação ao sexo, pois afirma que as mulheres estão cada vez mais comprometidas e interessadas com a pesquisa.

Outro dado importante que a autora apresenta é um estudo que foi desenvolvido na Califórnia no ano de 2010, que retrata que as mulheres ocupam mais de 70% de PhD na área de psicologia, ou seja, esses dados confirmam e a afirmam que apesar desse estudo ser apenas uma amostra por conveniência, ainda assim, justifica essa disparidade em relação aos sexos. Em concordância Castro e Yamamoto (1998) afirmam que a psicologia faz parte de uma profissão categorizada com maior índice de mulheres, já Ferretti (1976) realizou uma pesquisa tendo a psicologia como a quarta profissão compondo 87,1% da presença feminina. Diante desses dados podemos compreender que a profissão é formada em grande parte por mulheres.

Costuma-se acreditar que as mulheres discordariam dessas atitudes de violências e que defenderiam o próprio grupo, porém, na amostra é possível observar que os pensamentos tanto

dos homens como o das mulheres não diferem. E por mais que se espere essa solidariedade do próprio grupo, pelo fato de ter passado por experiências parecidas ou estarem sujeitas a passar futuramente pela mesma situação, ainda assim, percebe-se que as atitudes de aceitação e tolerância frente à violência contra a mulher ainda estão presentes em ambos os gêneros.

As atitudes relacionadas à violência podem ser consideradas enquanto uma representação das normas estabelecidas pela cultura. Nos estudos de Nascimento (2015) ela apresenta a questão do gênero como uma variável de extrema importância, pois diferente do que se imagina, a violência não é contemplada apenas entre os homens, mas gira em torno do próprio grupo feminino. Em concordância, nos estudos de Uthman, Lawoko e Moradi (2019) afirma que na maioria dos países da África a violência contra a mulher é bastante aceita, e que isto está relacionado com as práticas e normas culturais, além da grande influência da religião.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo primordial deste estudo foi descrever as atitudes de mulheres que sofrem violência, e avaliar se havia diferença em relação ao sexo e aos semestres que os estudantes de psicologia estavam cursando. De acordo com os resultados encontrados, pode-se perceber que não houve diferenças estatisticamente significativas, em relação ao semestre, sexo e trunco, ou seja, homens e mulheres não diferem com relação à atitude da violência contra a mulher, mesmo considerando o nível de escolaridade dos participantes. Os resultados de todos os instrumentos apontaram para a mesma direção.

Como já apresentado anteriormente, apresentou-se uma predominância do gênero feminino, porém, deve-se levar em consideração a grande quantidade de participante do sexo feminino, visto que, o curso de psicologia é em sua grande maioria composto por mulheres. Sem contar que na maioria das pesquisas, o maior número de participantes é do sexo feminino, visto que mulheres se apresentam mais receptivas a responderem, além de aderirem mais as pesquisas do que os homens. Assim como todo trabalho é composto de limitações, faz-se necessário apresentar as principais que integraram este estudo, antes de mais nada, é importante falar da limitação da natureza da pesquisa, que impossibilitou para que houvesse uma universalização dos resultados obtidos, e isso se deu pelo fato de ser uma amostra por conveniência e não probabilística, isto é, os achados nessa pesquisa, se refere apenas a porcentagem dos participantes que se voluntariou-se em participar. Uma outra limitação, diz respeito a insuficiência de material que explorasse o tema em questão, a maioria dos artigos encontrados foram achados na versão inglesa, sendo necessário realizar uma tradução. A terceira e última limitação está relacionado com os instrumentos, que por se tratar de escalas que tenta mensurar o nível de atitude frente a violência contra a mulher, é muito difícil trabalhar com esse tipo de construto, pois as pessoas tendem a

responder da maneira que é mais aceitável socialmente, e não da forma que elas pensam ou compreendem. Levando em consideração o que foi apresentado, podemos pensar as atitudes mediante a resposta da mulher que é vítima de violência assim como das pessoas que fazem parte do seu convívio social, que pode contribuir ou não para a reincidência e ocorrência dos atos de violência. Diante do que foi apresentado, faz-se necessário pensar na elaboração de mais instrumentos, assim como na produção de novos estudos, para que possa servir de suporte para essa problemática que afeta todas as mulheres, não apenas no Cariri, mas em todo o mundo. Ainda que se tenha vários estudos sobre o assunto na versão em inglês, faz-se necessário explorar essa temática no contexto Brasileiro, e desenvolver pesquisas nas quais possa abranger as atitudes, permeando para além do nível da vítima e agressor, mas pensar em compreender as atitudes de toda a sociedade como um todo, pois é esta sociedade que é produto das desigualdades de gênero, que de maneira direta ou indireta sustenta e retroalimenta, por meio do silenciamento, as estatísticas de dados de violência contra a mulher. Deve-se pensar em novas formas de ensino e aprendizagem no Ensino Superior, para que haja mais problematização, e que essas percepções dos papéis de gênero sejam mais discutidas. Dessa forma, a realização deste projeto tentou colaborar no que se refere à visibilidade e subsídio para realização de ações e intervenções com vistas a melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem e das relações entre os acadêmicos, principalmente os estudantes que futuramente ingressarem no mercado de trabalho, uma vez que é mais provável que estes interajam com mulheres no contexto de violência, se estes futuros profissionais não tiverem uma consciência crítica em relação a isso, e se não tiverem qualificados para atender essa demanda é muito provável que se tenham atitudes negativas, e acabe com a invalidação e minimização do sofrimento da mulher vítima de violência.

REFERÊNCIAS

ALLPORT, G. H. Attitudes. In: MURCHINSON, C. (org.). Handbook of social psychology.

Worcester: Clark University Press, 1935b. p. 119-157. Acesso em: 10 junho. De 2023.

ALLPORT; G. W. (1935a). Attitudes. Em C. Murchinson (Ed.), A handbook of social psychology (pp. 798-844). Worcester, MA, US: Clark University Press. Acesso em: 10 junho.

De 2023. ALMEIDA, D et al. Lei Fácil: Violência contra a mulher. Brasília: Câmara dos deputados, Edições Câmara, 2020. n. 1. E-book. Acesso em: 21 de abril. De 2023.

ANJOS, Karen P. L.; LIMA, Maria L. C. Gênero, sexualidade e subjetividade: Algumas questões incômodas para a psicologia. Revista Psicologia em Pesquisa, v. 10, n. 2, 2016. Acesso em: 03 nov. De 2022.

BANDEIRA, L. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no brasil: 1976 a 2006. Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 2, p. 401-438, maio/ago. 2009. Acesso em: 03 de nov. De 2022.

BORGES, J. C. LAPOLLI, É. M.; AMARAL, M. R. A mulher e suas concepções históricas. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 06, Vol. 09, pp. 05-21. junho de 2020. ISSN: 2448-0959. Acesso em: 01 de abril. De 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução N° 466, de 12 de dezembro de 2012. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Seção 1, n. 112, p. 59- 62. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em 03 de novembro. 2022.

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei Federal nº 11.340/ 2003. Coibe a violência domestica e familiar contra a mulher, Presidencia da República, 2006. Acesso em: 21 de abril. De 2023.

BRASIL. Organização Panamericana de Saúde. OPAS/OMS Brasil Violência contra as mulheres. [Internet] - Folha informativa - 2006. Disponível em: https://www.who.int/healthtopics/violence-against-women#tab=tab_1. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. Estudos avançados, v. 17, p. 117-133, 2003. Acesso em: 14 junho. De 2023. CASTRO, A. E. F.; YAMAMOTO.; O, H. A psicologia como profissão feminina: apontamentos para estudo. Estudos de psicologia (Natal), v. 3, p. 147-158, 1998. Acesso em: 10 junho. De 2023.

CUNHA, B. M. Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero. 2014. Acesso em: 03 nov. De 2022.

CUNHA, M; B, et al. As mulheres na ciência: o interesse das estudantes brasileiras pela carreira científica. Educación química, v. 25, n. 4, p. 407-417, 2014. Acesso em: 03 nov. De 2022.

- ERCAN, N. The predictors of attitudes toward physical wife abuse: Ambivalent sexism, system justification and religious Orientation. (Tese de Doutorado). Middle East Technical University, 2009. Acesso em: 03 nov. De 2022.
- FERRETTI, C. J. (1976). A mulher e a escolha vocacional. *Cadernos de Pesquisa*, 16 20- 40. Acesso em: 03 nov. De 2022.
- GOLDENBERG, M. Sobre a invenção do casal. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*. Rio de Janeiro-RJ, 2001.V.1 Nº 1. Acesso em: 09 de abril. De 2023.
- GRACIA, E., e H, J. Perceived neighborhood social disorder and attitudes toward reporting domestic violence against women. *Journal of Interpersonal Violence*, 22, 737-752, 2007. Acesso em: 19 de maio. De 2023.
- KRUGER, Helmuth. *Introdução à psicologia social*. São Paulo: EPU, 1986. Acesso em: 19 de maio. De 2023.
- LAKATOS, Eva. Maria. *Metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Acesso em: 19 de maio. De 2023.
- MESSIAS BORGES. Violência doméstica: primeiros meses de 2023 têm o maior número de registros no Ceará em 6 anos. *Diário do Nordeste*. (2023). Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/violencia-domestica-primeiros-meses-de-2023-tem-o-maior-numero-de-registros-no-ceara-em-6-anos-1.3346473>. Acesso em: 10 de jan. De 2023.
- MOURA, R. M; FERREIRA, Beth; ARAÚJO, Tayanara (Org.). *Dossiê FCM/ AMB 2023: Contra - dados sobre feminicídios no Ceará*. Fórum Cearense de Mulheres/ AMB, 2023. Disponível em: < <https://ambfeminista.org.br/wp-content/uploads/2023/03/2023-DossieContra-dados-sobre-Feminicidios-no-Ceara.pdf>. > Acesso em: 8 mar. De 2023.
- NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Famílias e Patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*; 18 (1): p. 49-55; jan/abr. 2006. Acesso 30 de jan. De 2023.
- NASCIMENTO, B et al. Atitudes frente à violência contra a mulher: O papel dos valores e da desumanização da mulher. 2015. Acesso em 17 de março. De 2023.
- NAYAK et al., Attitudes toward violence against women: A cross-nation stud. *Sex Roles*, 49, 333-342, 2003. Acesso em: 13 de junho. De 2023.
- NETO et al., Medindo atitudes sexistas ambivalentes em relação a mulheres em instituições de ensino superior. *Cadernos de Educação Tecnologia e Sociedade*, v. 14, n. 1, pág. 89-96, 2021. Acesso em: 10 junho. De 2023.
- NÓBREGA, L. N. As mulheres e sua história: as contribuições do feminismo. In: LOPES, A. M. D. JUCÁ, R. L. C.; COSTA, A. S. (Org.) *Gênero e tráfico de mulheres*. Florianópolis: Conceito Editorial, p. 15-37, 2013. Acesso em: 10 junho. De 2023.
- PEDRO, C. B; GUEDES, S. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. *Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas*, p. 1-10, 2010. Acesso em: 01 de abri. De 2023.
- PINTO, C. J. Uma história do feminismo no Brasil. 2003. CAP 1. Acesso em: 08 de maio. De 2023.

PORTO, P. R. F. Violência doméstica e familiar contra a mulher: lei 11.340/06: análise crítica e sistêmica. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2014. Acesso em: 10 junho. De 2023.

REZENDE, Ana Márcia de Almeida. Violência Contra a Mulher Nas Relações íntimas De Afeto: Representações Sociais De Adolescentes. 2017. Acesso em: 18 de novembro. De 2022.

RODRIGUES, Aroldo. Psicologia Social /Aroldo Rodrigues; Eveline Maria Leal Assmar, Bernardo Jablonski. Petrópolis, RJ: Vozes, 1933. Acesso em: 05 junho. De 2023.

SENADO NOTICIAS. Nova lei determina proteção imediata à mulher que denuncia violência. Diário Oficial da União. (2023). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/04/20/nova-lei-determina-protECAoimediate-a-mulher-que-denuncia-violencia>. Acesso em: 14 de maio. De 2023.

TUMULO, Ligia M. S. Psicologia social: livro didático / Ligia Maria Soufen Tumolo, Carolina Hoeller da Silva Boeing; design instrucional Leandro Kingeski Pacheco, Carolina Hoeller da Silva Boeing; [assistente acadêmico Eloisa Machado Seemann, Roberta de Fátima Martins]. – 4. ed. – Palhoça: UnisulVirtual, 2011. Acesso em: 06 junho. De 2023.

UTHMAN, Olalekan A.; LAWOKO, Stephen; MORADI, Tahereh. Factors associated with attitudes towards intimate partner violence against women: a comparative analysis of 17 subSaharan countries. BMC international health and human rights, v. 9, n. 1, p. 1-15, 2009. Acesso em: 05 junho. De 2023.

VARGAS, J, D. Padrões do estupro no fluxo do sistema de justiça criminal em Campinas, São Paulo. Revista Katálysis, v. 11, p. 177-186, 2008. Acesso em: 27 de maio. De 2023.

APENDICE A

Questionário Sociodemográfico

1. Idade:
2. Sexo: Masculino () Feminino ()
3. Estado Civil: Solteiro () Casado/União estável () Divorciado () Viúvo
4. Semestre/Periodo: ()
5. Turno: Manhã () Noite ()

ANEXO B**ESCALA DE ATITUDES FRENTE À VIOLÊNCIA CONJUGAL CONTRA A MULHER (EAVCM)**

INSTRUÇÕES: Por favor, leia as informações a seguir, considerando o seu conteúdo. Utilizando a escala que segue, escreva um número ao lado de cada afirmação para indicar em que medida você concorda ou discorda de cada uma delas.

1	2	3	4
Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente

- 01- O mau humor da mulher é a maior causa da violência no lar.
- 02- Algumas mulheres merecem apanhar.
- 03- Muitas mulheres agredidas fazem coisas que levam o marido a atingi-las.
- 04- A agressão de um homem é justificada se a mulher é infiel.
- 05- Uma mulher obediente e que cuide de seu marido jamais irá apanhar.

ANEXO C

CENÁRIO DE AGRESSÃO À MULHER

INSTRUÇÕES: Por favor, leia atentamente a história apresentada e em seguida, responda algumas questões sobre a mesma de acordo com as instruções dadas.

Rosa é uma mulher jovem, bonita e que adora aproveitar a vida, divertir-se e desfrutar de aventuras. Há dois anos ela conheceu João, uma pessoa de sua idade. Eles então se casaram. Na semana passada, Rosa assumiu mais atividades em seu trabalho, ficando por mais tempo longe de casa. Neste contexto, João começou a cobrar mais a sua presença e ela, sentindo que não o amava mais, decidiu acabar o relacionamento. Quando soube de sua pretensão, João pediu que não o deixasse, pois ela era a mulher de sua vida. Porém, Rosa disse que lamentava, mas já não o amava, desejando acabar o relacionamento. Então João se descontrolou, agarrou-se pelo braço e a beijou, percebendo que ela o rejeitara. Depois disso ele se irritou ainda mais e a agrediu com uma tapa no rosto, chamando-a de vadia.

RAZÕES PARA ROSA ROMPER O RELACIONAMENTO INSTRUÇÕES. Por que você pensa que Rosa rompeu o relacionamento com João? Leia cada uma das razões listadas a seguir e indique o quanto cada uma delas é (im)provável. Faça isso marcando um número na escala de resposta ao lado.

RAZÕES PARA ROSA ROMPER O RELACIONAMENTO	TOTAL MENTE	IMPROVÁVEL	MAIS OU MENOS	PROVÁVEL	TOTAL MENTE PROVÁVEL
1-Ela simplesmente não o amava mais.	1	2	3	4	5
2- Ela arrumou outra pessoa.	1	2	3	4	5
3- Ela quer conhecer outra pessoa.	1	2	3	4	5
4-Ela é uma pessoa instável, que não sabe o que quer.	1	2	3	4	5

5- João não deve ser mesmo um bom companheiro.	1	2	3	4	5
6- João é uma pessoa agressiva	1	2	3	4	5
7- Ela gostaria de se dedicar mais ao trabalho.	1	2	3	4	5
8- João é uma pessoa controladora.	1	2	3	4	5
9- Ela gostaria de aproveitar a vida.	1	2	3	4	5
10- O relacionamento não tem importância para ela.	1	2	3	4	5
11- João não valorizava Rosa.	1	2	3	4	5
12- João não possuía respeito por Rosa.	1	2	3	4	5

RAZÕES PARA JOÃO AGREDIR ROSA

INSTRUÇÕES: Por que você pensa que João agrediu física e verbalmente Rosa? Leia cada uma das razões listadas a seguir e indique o quanto cada uma delas é (im)provável. Faça isso marcando um número na escala de resposta ao lado.

RAZÕES PARA JOÃO AGREDIR ROSA	TOTAL MENTE	IMPROVÁVEL	MAIS OU MENOS	PROVÁVEL	TOTAL MENTE PROVÁVEL
1-Ele se sentiu rejeitado.	1	2	3	4	5
2- Ela desconfiou que ela tivesse arrumado outra pessoa.	1	2	3	4	5
3- Ele pensa que ela quer ter outra vida.	1	2	3	4	5
4-Ele pensa que ela quer conhecer outra pessoa.	1	2	3	4	5
5-Ele quer puni-la por tê-lo deixado.	1	2	3	4	5
6- Ele é uma pessoa instável	1	2	3	4	5
7- Ela o provocou ao romper o relacionamento.	1	2	3	4	5
8- Ele perdeu o controle da situação.	1	2	3	4	5

9- Ele queria intimidá-la para conseguir manter o relacionamento.	1	2	3	4	5
10- Ele não quer perdê-la.	1	2	3	4	5
11- Ele pensa que o relacionamento não possui valor para ela.	1	2	3	4	5
12- Ela o provocou por ter se tornado ausente.	1	2	3	4	5